



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006074-19.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**
 Requerente: **JOSÉ FERNANDO LATORRE e outro**
 Requerido: **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JOSÉ FERNANDO LATORRE, MARIA AMÉLIA CHAGAS LATORRE, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, também qualificada, alegando terem firmado com a ré contrato *Seguro Aluguel - Seguro de Fiança Locatícia*, em 06 de janeiro de 2014, do qual emitida a apólice nº 0746.65.6.130-4, prevendo cobertura de danos ao imóvel da Rua Carlos Botelho, nº1961, Centro, São Carlos, destinado à locação comercial, que teria sido objeto de vistoria da ré previamente à contratação, sendo que em 13 de fevereiro de 2014, quando desocupado, teria sido deixado completamente destruído pelo locatário, à vista do que acionaram a ré, que após vistoriar novamente o local, elaborou laudo do sinistro e enviou comunicação aos autores informando que vários danos não seriam ressarcidos, porquanto não cobertos pelo contrato, invocando os itens 23.2 e 23.2.2, dentre os quais bens que faziam parte da estrutura do imóvel e que, a seu ver, estariam cobertos pelo seguro contratado, como os armários planejados que ficaram completamente destruídos e alguns até mesmo arrancados, além das divisórias e itens de mármore, somando danos de R\$ 41.862,48, pretendendo haja interpretação do negócio a partir das normas do Código de Defesa do Consumidor, até porque firmado na forma de contratos de adesão, deixando a eles, consumidores, na condição de hipossuficientes, além de terem suportado dano moral decorrente do grande desgaste emocional sofrido, porquanto empurrados de um lado para o outro (sic.) pela ré, de modo que requereram a condenação da ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 41.862,78 acrescidos de correção monetária e de juros moratórios, além da indenização por danos morais no valor a ser fixado em valor não inferior ao dano material.

A ré contestou o pedido sustentando que os autores e já receberam o valor de R\$ 146.205,61 referentes aos itens cobertos na apólice, sendo que a indenização buscado nesta ação tem por fundamento riscos não cobertos pela apólice, ao que acrescente, o seguro de Fiança Locatícia traria previsão de cobertura dentro do limite da Importância Segurada e dos prejuízos eventualmente oriundos pelo inadimplemento do locatário, de modo que ao abrir o processo administrativo do contrato dos autores, após regulação do sinistro, apurou como indenizáveis danos no valor de R\$146.205,61, além dos quais os autores, nos termos da apólice contratada, não têm mais valores a receber, pugnando pela improcedência da ação.

Os autores replicaram reafirmando os termos da inicial, notadamente no sentido de que os armários planejados, as divisórias e os itens de mármore fariam parte do próprio imóvel, sendo, pois, indenizáveis.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decido.

Conforme pode ser lido na apólice, além da cobertura pela falta de pagamento dos aluguéis (*cláusula 4.1.1. – fls. 97*), foi contratada cobertura para “DANOS AO IMÓVEL”, com indenização prevista até o valor de R\$ 54.784,32 (*fls. 91*).

Na cláusula que prevê os riscos não cobertos não consta a exclusão de cobertura para itens como os reclamados pelos autores, como armários planejados, as divisórias e os itens de mármore.

Mais que isso, a leitura da cláusula 4.2, alíneas *a. a w.*, bem como da cláusula 4.2.1., não evidencia nem mesmo por analogia ou por extensão a possibilidade de se considerar os danos aos armários planejados, às divisórias e aos itens de mármore, como excluídos da cobertura contratada.

Logo, se a interpretação do contrato de seguro deve ser restritiva, cumpre seja assim observado em relação a ambos os contratantes, de modo a não se permitir a ré possa opor aos autores exclusão de cobertura não prevista.

A indenização é, portanto, devida, cumprindo à ré indenizar os autores pelo valor dos danos verificados nos armários planejados, nas divisórias e nos itens de mármore, liquidados em R\$ 41.862,78, valor que fica acolhido ante a não impugnação pela ré, atento a que, “*se o fato narrado pelo autor não é impugnado especificamente pelo réu de modo preciso, este fato, presumido verdadeiro, deixa de ser fato controvertido*” (*cf. JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS*¹), pois “*a regra do art. 302 dispensa o fato não contestado de prova e impede que o juiz forme uma convicção própria sobre ele*” (*LUIS GUILHERME MARINONI*)².

Esse valor deverá ser acrescido de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data da contratação, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, cumprindo ser observado, em benefício da ré, o limite contratado para essa indenização, em R\$ 54.784,32, conforme já antes indicado (*fls. 91*), o qual deverá ser igualmente atualizado pelos índices do INPC, a contar da data da contratação, deduzindo-se, ainda, o valor já pago a título de indenização por dano no imóvel, de R\$ 14.068,79, em abril de 2014 (*vide fls. 80 e fls. 162/163*).

O valor da indenização deverá, portanto, ser objeto de liquidação por cálculo.

A ré sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a ré Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais a pagar aos autores JOSÉ FERNANDO LATORRE, MARIA AMÉLIA CHAGAS LATORRE a importância de R\$ 41.862,78 (*quarenta e um mil oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos*), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data da contratação, e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, observado o limite contratado de R\$ 54.784,32 (*cinquenta e quatro mil setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos*), igualmente atualizado pelos índices do INPC, a contar da data da contratação, deduzindo-se desse limite o valor de R\$ 14.068,79 (*catorze mil, sessenta e oito reais e setenta e nove centavos*), em abril de 2014, conforme vier a ser apurado em liquidação por cálculo, e CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

¹ JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Vol. III, 8ª ed., 2001, Forense-RJ, n. 197.2/3/4, p. 287.

² LUIS GUILHERME MARINONI, *Tutela Antecipada, Julgamento Antecipado e Execução Imediata da Sentença*, 4ª ed., 2000., n. 5, p. 79.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P. R. I.

São Carlos, 18 de dezembro de 2014.

VILSON PALARO JÚNIOR
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**